

Por que a Diretoria da ADUFPB é contra a (mal chamada) “Reforma da Previdência”?

1 NÃO HÁ NECESSIDADE DE NENHUMA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

No ano passado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado, presidida pelo senador Paulo Paim, comprovou que o chamado **rombo da Previdência não existe**. O que, sim, existem são dívidas astronômicas do setor empresarial com o caixa da Seguridade.

O relatório da CPI mostrou que, em quatro anos, os empresários descontaram R\$ 125 bilhões dos trabalhadores e não repassaram para a Previdência, o que caracteriza roubo, um crime! O relatório aponta, ainda, dívidas dos patrões que somam R\$ 450 bilhões.



2 O GOVERNO MANIPULA NOMES E NÚMEROS PARA ENGANAR O POVO

Mesmo assim, a Previdência Social, não é deficitária. Quem diz isso é a ANFIP (Associação dos Auditores Fiscais da Previdência). Dados de 2015 demonstram que foram arrecadados em receitas R\$ 694 bilhões, enquanto as despesas chegaram a R\$ 683 bilhões, ou seja, R\$ 11 bilhões de superávit, o que põe por terra o argumento de déficit. A verdade é que a previdência pública sozinha arrecada mais com os seus contribuintes do que gasta com seus beneficiários (aposentados).

A verdade é que o Sistema de Seguridade Social - que inclui a Previdência - responde também por uma infinidade de programas sociais, um conjunto de ações que foram criados para auxiliar a vida dos trabalhadores e de suas famílias. São esses programas que garantem o seguro-desemprego, a licença maternidade, o auxílio por acidente de trabalho, o auxílio reclusão, a indenização por invalidez e doença etc. Os recursos para esses programas deveriam vir de impostos como PIS/Cofins, CSLL, entre outros.

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA, E NÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Muitas mentiras são ditas para convencer o povo brasileiro de que o país estaria quebrado; que existiria déficit na Previdência e que nosso patrimônio teria que ser privatizado... Tudo isso são sombras, como as da caverna do mito contado por Platão.

Na verdade, o Brasil é a 8ª maior economia mundial e possui imensas riquezas naturais (petróleo, nióbio e outros minerais, água, florestas, matrizes energéticas, clima favorável, terras agricultáveis etc.) e riquezas financeiras. Em dezembro/2018, possuíamos, por exemplo:

- **R\$ 1,27 TRILHÃO no caixa do Tesouro Nacional**
- **R\$ 1,13 TRILHÃO no caixa do Banco Central e**
- **US\$ 375 bilhões (R\$ 1,453 TRILHÃO) em Reservas Internacionais!**

Deveríamos estar em outro patamar de desenvolvimento socioeconômico, mas a subserviência do Brasil aos interesses financeiros determina que toda essa montanha de dinheiro sirva ao Sistema da Dívida!

Esse privilégio financeiro ficou escancarado na Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu teto para todos os investimentos sociais e gastos com a manutenção do Estado por 20 anos, deixando fora do teto os gastos com a dívida pública e com as novas empresas estatais criadas para operar o esquema da Securitização de Créditos Públicos.

Vamos sair da caverna e enxergar a nossa realidade de abundância!!!

Quais são os pilares da reforma que o governo quer?

São dois os pontos principais que aparecem nas várias versões apresentadas pela grande imprensa e que estão sendo estudadas.

1 IDADE MÍNIMA

O governo não esconde sua intenção de aumentar a idade mínima. São várias as propostas que circulam. **Tem a proposta de fixar 65 anos, tanto para homens como mulheres, e também outras, como de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.**

É a forma de fazer com que os trabalhadores fiquem mais tempo no mercado de trabalho e, portanto, pouco usufruam de sua aposentadoria. Muito mais gente trabalharia até morrer.

COMO ASSIM?

Quem começa a trabalhar aos 18 anos, por exemplo, mesmo trabalhando e recolhendo por 35 anos sem interrupção, **teria que esperar mais 12 anos para se aposentar!**

2 CAPITALIZAÇÃO INDIVIDUAL

Aqui reside um dos ataques mais profundos ao atual sistema de Previdência pública baseado no sistema de repartição simples, ou seja, a contribuição solidária entre gerações, onde os atuais aposentados são sustentados pelos trabalhadores que estão na ativa.

O regime de capitalização individual, defendido por Paulo Guedes (ministro da Economia), é baseado no chamado “modelo chileno”, ou seja, acaba a Previdência pública, cada um terá uma conta pessoal, com contribuição apenas dos trabalhadores e sem contrapartida patronal. Caso ocorra qualquer problema com o fundo em que você aplicou ou ele quebre, o problema é seu.

Isso vai jogar todo o dinheiro das aposentadorias na esfera da especulação, ou seja, vai colocar o seu futuro nas mãos dos banqueiros.

No Chile, onde isso foi implantado, significou um achatamento brutal nas condições de vida dos aposentados, que viram diminuir o valor de seus fundos até que, em mais ou menos 10 anos, o seu saldo desaparece e não há mais como sobreviver. Lá, o índice de suicídio de aposentados é um dos maiores do mundo.

SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO, O QUE FAZER? DEVO ME APOSENTAR?

Entre as versões circuladas pela grande imprensa, a questão do regime próprio dos servidores públicos apresenta alteração nas regras e indica um período de transição para essas mudanças.

A diretoria da ADUFPB compreende que a primeira coisa a se fazer é construirmos as lutas e resistências necessárias em conjunto com os demais servidores públicos e trabalhadores em geral.

Cabe ainda esclarecer que, assim que for apresen-

tada a proposta oficial, a ADUFPB, através de sua diretoria, irá oferecer análise jurídica das implicações da proposta. Neste sentido, iremos orientar a categoria no que fazer se, mesmo com as lutas que iremos protagonizar, a proposta de fato seguir para votação e representar prejuízos para aqueles que já têm tempo e idade para aposentar.

TIREM AS MÃOS DA NOSSA PREVIDÊNCIA!